

A territorialidade discursiva liberal-conservadora: a análise do discurso ultraliberal sobre a reforma agrária

The liberal-conservative discursive territoriality: an analysis of the ultraliberal discourse on agrarian reform

Leandro Nieves Ribeiro

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Presidente Prudente, SP, Brasil

leandro.nieves@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4862-5395>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar o sentido e os desdobramentos do discurso ultraliberal sobre a reforma agrária no Brasil, com foco em publicações do Instituto Liberal (IL). A justificativa reside na necessidade de compreender como este discurso estabelece uma territorialidade discursiva liberal-conservadora que promove desinformação, negacionismo e radicalidade política em torno da pauta agrária, buscando deslegitimar a política pública e criminalizar os movimentos sociais do campo. Para tanto, a metodologia emprega a Análise do Discurso (AD) francesa, articulando a linguística com o referencial teórico de território e territorialidade, e utiliza as teses conservadoras de Albert Hirschman (perversidade, futilidade e ameaça) como ferramenta analítica. A análise do *corpus* textual do Instituto Liberal, coletado entre 2013 e 2023, demonstrou que o discurso emprega, sobretudo, a tese da perversidade, alegando que a reforma agrária é infrutífera e transforma pobres sem-terra em proprietários sem renda. O discurso atua no contrapúblico ultraliberal, desvalorizando a reforma como conceito vazio e a associando à demagogia da esquerda, ao mesmo tempo em que criminaliza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), comparando-o a um movimento subversivo criminoso. Conclui-se que esse discurso ultraliberal constrói e expande uma territorialidade discursiva, reforçando a manutenção do *status quo* e defendendo o hibridismo ideológico no Brasil.

Palavras-chave: Discurso; Ideologia; Liberalismo; Nova Direita; Questão Agrária.

ABSTRACT

This article's central objective is to analyze the meaning and developments of the ultra-liberal discourse on agrarian reform in Brazil, focusing on publications by the Instituto Liberal (IL). The justification lies in the need to understand how this discourse establishes a liberal-conservative discursive territoriality that promotes misinformation, denialism, and political radicalism around the agrarian agenda, seeking to delegitimize public policy and criminalize social movements in the countryside. To this end, the methodology uses French Discourse Analysis (DA), linking linguistics with the theoretical framework of territory and territoriality, and employing Albert Hirschman's conservative theses (perversity, futility, and jeopardy) as an analytical tool. The analysis of the Instituto Liberal's textual *corpus*, collected between 2013 and 2023, demonstrated that the discourse primarily uses the perversity thesis, claiming that agrarian reform is fruitless and transforms "poor landless people into owners without income." The discourse operates within the ultra-liberal counter-public, devaluing reform as an "empty concept" and associating it with "left-wing demagoguery," while simultaneously criminalizing the MST (Landless Workers' Movement), comparing it to a "subversive criminal movement." It is concluded that this ultra-liberal discourse constructs and expands a discursive territoriality, reinforcing the maintenance of the status quo and defending ideological hybridism in Brazil.

Keywords: Discourse; Ideology; Liberalism; New Right; Agrarian Question.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o discurso ultraliberal, em especial do Instituto Liberal (IL)¹ sobre a reforma agrária no Brasil, com o objetivo de compreender o sentido produzido pelo instituto e os seus desdobramentos. Nesse sentido, investiga-se as principais características do discurso liberal-conservador do instituto e questiona-se de que maneira estes discursos influenciam a sociedade. A hipótese considera que o instituto, ao promover o seu discurso, produz a territorialidade liberal-conservadora com incentivo à radicalidade política e combate à reforma agrária.

Iniciaremos a discussão sobre o conceito de território e territorialidade, com base em autores como Claude Raffestin e Bernardo Fernandes. Em seguida, apresentaremos a ideologia liberal-conservadora e sua interação com a formação da territorialidade discursiva. Em terceiro, analisaremos o discurso ultraliberal sobre a reforma agrária, realizada a partir de textos publicados pelo IL, buscando identificar o sentido, bem como as estratégias retóricas utilizadas para deslegitimar e criminalizar a política de reforma agrária e os movimentos sociais do campo. Por fim, o artigo conclui refletindo sobre os efeitos desse discurso na construção da territorialidade liberal-conservadora no Brasil.

2. DO TERRITÓRIO À TERRITORIALIDADE DISCURSIVA

A compreensão teórica de território adotada neste artigo tem como base principal Claude Raffestin (1993), crítico da abordagem unidimensional do poder na Geografia Política Clássica. Para o autor, o poder é inseparável do território, sendo que a formação territorial e a territorialidade são resultadas da concretização de múltiplas relações sociais. Dessa forma, o território se caracteriza por sua multidimensionalidade — abarcando aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais — e por sua multiescalaridade, manifestando-se em níveis local (corpo, bairro...), regional, nacional e mundial, conforme discutem Coca (2011) e Fernandes (2008).

Raffestin (1993) distingue espaço e território: enquanto o espaço é algo pré-existente (a priori), o território surge posteriormente (a posteriori), como fruto das relações sociais. Nessa perspectiva, o território, entendido como espaço geográfico, incorpora elementos naturais, sendo produzido a partir da interação desses elementos com os agentes sociais, o que resulta em uma totalidade delimitada pela intenção dos sujeitos que o constituem. Contudo, autores como Saquet (2013), Coca (2011) e Souza (2012) apontam limitações nessa concepção, destacando que Raffestin tende a reduzir o espaço ao aspecto natural, tratando-o como um palco ou matéria-prima, sem considerar adequadamente as interferências sociais, patrimônios construídos e redes de relações.

Dialogando com Raffestin, Saquet (2013) propõe que o território é o espaço transformado pelo trabalho e pelas relações de poder, sendo que a territorialidade se consolida por meio dessas relações sociais, de dominação e poder. Souza (2012, p. 79) reforça essa abordagem ao definir o território como um instrumento de exercício do poder, ressaltando a importância de questionar “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”.

A maior contribuição de Raffestin (1993) reside na articulação entre poder e saber, ao afirmar que os fluxos de energia e informação se convertem em saber, tornando-se fonte de poder.

¹ A escolha do IL se justifica por ser o mais antigo *think tank* ultraliberal no país, atuando desde a redemocratização nos anos 1980, e por possuir um volume considerável de publicações sobre a questão agrária. Criado pelo bilionário canadense Donald Stewart Junior, com ajuda do brasileiro José Stelle, tradutor de obras de Hayek e membro do partido estadunidense *Libertarian Party*, e de Og Leme, que conforme apresentaremos posteriormente, foi professor de Economia em *think tanks* e universidades brasileiras e assessor econômico. Após o falecimento de Stewart Junior em 1998, principal financiador do instituto, o IL sofreu crises e fechamento de unidades no Brasil. A partir de 2013, no contexto das manifestações da Jornada de Junho, o instituto foi renovado, momento que outros *think tanks* ultraliberais e movimentos sociais conservadores surgiram ou foram fortalecidos. Em suma, o IL é considerado como o mais influente instituto e responsável pela retomada da Nova Direita (Ribeiro, 2025; Rocha, 2018).

Como destacou Francis Bacon, “saber é poder”², o que evidencia o papel estratégico de agentes divulgadores de ideias, como os *think tanks*, na reprodução das relações de poder e na configuração territorial. Assim, poder, saber e território estão profundamente interligados e se influenciam mutuamente. Outro ponto fundamental na teoria de Raffestin é a ideia de que as relações sociais, culturais, econômicas e políticas, ao se reproduzirem no espaço geográfico, cristalizam diferentes territorialidades, que coexistem e podem entrar em conflito devido às disputas de poder. Coca (2011) enfatiza que a territorialidade é moldada por diversos fatores de poder e dinâmicas sociais presentes nos mais variados contextos.

Bernardo Fernandes (2008) aprofunda a reflexão da diversidade dessas relações sociais e de poder, afirmando que os territórios podem ser concretos (materiais) ou imateriais (conhecimento, pensamento, paradigma), sendo indissociáveis e objeto de disputa por diferentes sujeitos. O autor destaca que o território imaterial está presente em todas as ordens de territórios, relacionado ao controle e domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Dessa forma, os territórios concretos (materiais) e imateriais são indissociáveis, sendo a base de sustentação de todos os territórios construído e disputado por diferentes sujeitos, grupos e *think tanks*. Nesse sentido, o conhecimento constitui um importante tipo de território, no qual os *think tanks* e suas redes de organizações são instrumentos dessa disputa territorial, paradigmática e geopolítica.

2.1. A ideologia liberal-conservadora

Heywood (2010), na obra *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*, originalmente publicado em 1992, salienta que as ideias e ideologias influenciam a vida política de várias maneiras, como a visão de mundo, não como tal mundo constitui-se, mas como cada um deseja que seja. Para o autor, as ideias e ideologias políticas funcionam como uma forma de “cimento social”, no qual fornece um conjunto de crenças e valores unificando os grupos sociais ou as sociedades inteiras. A seguir destacaremos a diferença entre as ideologias políticas do liberalismo e conservadorismo³.

Heywood (2010) alerta que embora o liberalismo e conservadorismo tenham origens e características próprias, ambas ideologias possuem aspectos comuns que se confundem. Essa diferenciação, conforme apresentaremos, será relevante para destacar e compreender as principais características específicas de cada ideologia, que formará a liberal-conservadora.

O liberalismo constituiu-se uma ideologia política desenvolvida durante a transição do feudalismo para o capitalismo, com auge no século XIX, sobrevivendo no mundo pós-moderno. De forma geral, ela surgiu como uma reação radical da classe média aos governos absolutistas e mercantilistas, em defesa da liberdade individual. Seus valores e crenças fundamentais são o indivíduo, a liberdade, a razão, a justiça e a tolerância. Pode-se de forma didática, dividir o liberalismo em duas grandes correntes: clássico e moderno.

O liberalismo clássico, originário do século XIX, é caracterizado pelo individualismo egoísta, a defesa da liberdade negativa (ausência de limitações externas) e um Estado mínimo. Suas principais teorias incluem os direitos naturais, o utilitarismo, o liberalismo econômico, o darwinismo social e o neoliberalismo (Estado mínimo) (Heywood, 2010). A chamada crise do liberalismo, provocada pela crise de 1929, provocou a ramificação teórica do liberalismo clássico em neoclássico e moderno. O neoclássico se subdividiu em duas correntes: a neoliberal⁴ e a ultraliberal (Dardot; Laval, 2016). A seguir discorrei sobre esta última vertente, por ser mais relevante ao tema deste artigo.

² Francis Bacon, no livro *Novum Organum* (1620), compreendeu a máxima de “saber é poder” no sentido de que se utiliza o conhecimento para modificar ou dominar a natureza em prol da humanidade (Chauí, 2015).

³ O objetivo deste artigo não consiste em recuperar toda a história do liberalismo e do conservadorismo, estando aqui limitado a destacar as principais diferenças e convergências entre as duas correntes. Para aprofundar a discussão, sugere-se conferir Heywood (2010), Ribeiro (2025), Rocha (2018), Schwarcz (2019), Silva (2007) e Silva e Paula (2022).

⁴ Dardot e Laval (2016) tratam o neoliberalismo como uma racionalidade, que aplica uma razão de mundo, não sendo apenas uma política econômica como é conhecida pela Escola de Chicago. No sentido político, o neoliberalismo traz uma nova roupagem ao liberalismo clássico, buscando defender que o Estado desempenha um papel relevante como promotor

Originado na Escola Austríaca, no século XIX, o ultraliberalismo se caracteriza pela defesa radical do livre-mercado, da propriedade privada e da liberdade. Seus principais expoentes são Carl Menger (1884-1921), Ludwig Von Mises (1881-1973), Friederich Hayek (1899-1992), Murray Rothbard (1926-1995). No século XX, reagindo ao keynesianismo, o ultraliberalismo aliou-se a um conjunto de vertentes anarcocapitalistas (defensores do fim do Estado), libertários (defensores de uma ampla liberdade individual, sem interferência do Estado), minarquistas (defende apenas instituições estatais para segurança pública e à justiça) e objetivistas (defesa radical do capitalismo de livre-mercado) (Rocha, 2018). Essas diferentes correntes destacam a radicalidade ou extremismo político do ultraliberalismo que possuem fobia ao Estado, e conseqüentemente, aos direitos humanos, direitos trabalhistas e justiça social.

Já o liberalismo moderno, originado no século XX, surge em resposta aos problemas sociais gerados pela industrialização, como a desigualdade. Essa vertente defende a intervenção estatal para promover o desenvolvimento pessoal e corrigir injustiças e suas teorias incluem a individualidade, a liberdade positiva, o liberalismo social e a administração da economia. Nessa corrente moderna inclui-se as abordagens social-democrata direitista (keynesianista e ordoliberal)⁵ (Heywood, 2010).

O conservadorismo, por sua vez, surge com Edmund Burke como reação às mudanças sociais trazidas pela Revolução Francesa. De acordo com Heywood (2010, p. 75), o conservadorismo define-se pelo “desejo de conservar”, podendo ser uma “resistência à mudança ou, ao menos, uma desconfiança em relação a ela”. Entretanto, mesmo que o “desejo de resistir à mudança” seja característico ao conservadorismo, o que o distingue de outros “credos políticos rivais é o modo como os conservadores defendem seus pontos de vista” (Heywood, 2010, p. 75). Assim como o liberalismo, possui vertentes como conservadorismo autoritário⁶, paternalista⁷ e libertário⁸, que de forma geral, se opõem ao igualitarismo, priorizam a ordem social, valorizam a tradição, a necessidade de autoridade e acreditam na imperfeição humana (Heywood, 2010).

Além destas características, Silva e Paula (2022), a partir dos princípios do Russell Kirk, acrescentam: sociedade hierarquizada, no qual a sociedade civilizada exige ordem e classes estratificadas; defensores da propriedade privada como forma de limitar o poder do Estado, do Estado de direito moral e não atuante nas questões sociais, da instituição religiosa (sobretudo a judaico-cristã) e familiar; valorização da ordem moral, do nacionalismo exacerbado; e desvalorização da intelectualidade, contrários as universidades e aos cientistas.

do livre-mercado, denominado de Estado mínimo. Desenvolvida pelo Hayek (2007), a partir da ideia de ordem espontânea do mercado, e estadunidense Milton Friedman (1912-2006), com o princípio monetarista, o neoliberalismo se tornou amplamente reconhecido pelos esforços nos anos 1970-1980 no Chile com Augusto Pinochet e Escola de Chicago, no Reino Unido com Margaret Thatcher, e nos EUA, com Ronald Reagan.

⁵ O ordoliberalismo é uma vertente alemã do liberalismo moderno, que visa criar uma ordem constitucional para a economia de mercado, através de um Estado de direito. Seus principais pensadores são Walter Eucken, Wilhelm Röpke e Franz Böhm (Heywood, 2010; Rocha, 2018).

⁶ O conservadorismo autoritário envolve a prática de um governo com “autoridade” imposta sobre a população, independentemente de seu consentimento. Esse sistema difere-se da autoridade legítima, que se baseia em aceitação e reconhecimento. Estes fundamentam suas ideias na crença na sabedoria dos líderes estabelecidos ou na convicção de que a ordem social depende de uma obediência absoluta (Heywood, 2010).

⁷ De acordo com Heywood (2010, p. 91), conservadorismo paternalismo significa “agir de modo paternal”, referindo-se ao “exercício de poder ou autoridade sobre outros com a intenção de conferir benefícios e evitar danos [...] A base do paternalismo é que a sabedoria e a experiência são distribuídas na sociedade de forma desigual; aqueles em posição de autoridade ‘sabem mais’”.

⁸ Este tipo mistura abordagem de elementos do conservadorismo e do libertarianismo, que é a mais comum no Brasil – e é a que denominamos de liberal-conservadora. Esta vertente apresenta ao mesmo tempo uma abordagem liberal em questões econômicas, e conserva os valores sociais tradicionais, priorizando a autonomia individual. Cf. Ribeiro (2025).

De acordo com Silva (2007), o conservadorismo no Brasil, além das características gerais, tem associação com a defesa do clientelismo⁹, patrimonialismo¹⁰ e oligarquismo¹¹, que marcam o autoritarismo brasileiro, conforme aponta Schwarcz (2019). Silva e Paula (2022) apresentam diversos exemplos em que os pensamentos conservadores atuaram no Brasil, como a tentativa de militarização das escolas (defendendo as instituições e valores morais), Escola Sem Partido que busca defender a moralidade judaico-cristã, crítica a concepção freiriana e combater a intelectualidade com a censura e perseguição aos professores, ascensão do governo Bolsonaro e de seus ministros.

No Brasil, as correntes do liberalismo e conservadorismo fundiram-se, criando um hibridismo denominado de liberal-conservadorismo, unindo elementos do liberalismo econômico e do conservadorismo social/moral (Ribeiro, 2025). Essa nova corrente passou a exercer uma forte influência no país, devido aos pensamentos de Hayek (2007), Friedman e mais atualmente, conforme expõe Rocha (2018), de Von Mises e Rothbard.

2.2. Território e territorialidade discursiva liberal-conservadora

Na seção anterior, destacamos as características liberais-conservadoras, e nesta, elucidaremos a produção do território, que ocorre pelas materializações das relações sociais de poder num espaço geográfico. No Brasil, a ideologia liberal e conservadora se fundiu, formando o território liberal-conservador (Heywood, 2010). Esse território se forma pela ação social e de poder que cristaliza as relações sociais, tanto em aspectos materiais quanto imateriais. A territorialização de institutos, eventos e protestos formam a materialidade, enquanto a imaterialidade se manifesta no discurso, com tensões ou reproduções. Esse processo de expansão da influência liberal-conservadora é o que denominamos de territorialidade discursiva liberal-conservadora.

Segundo Márcia da Silva (2007, p.201), o território (liberal-)conservador se constitui " [...] mediante relações e ideias que se transformam em ações conservadoras", tornando-se "simbolicamente conservadores", isso é, "construído a partir de valores arraigados à tradição das relações, em especial, as relações político-econômicas" (Silva, 2007, p.201). Em Silva e Paula (2022), os territórios conservadores de poder formam-se a partir da dialética entre o pensamento conservador (imaterial) e sua materialização espacial, onde instituições tradicionais, como a família e a igreja, atuam como pilares de sustentação ao disseminar valores que garantem a manutenção do *status quo* e da hierarquia social. A reprodução desses territórios no tempo ocorre pela naturalização de práticas políticas e pelo uso de discursos que legitimam a ordem moral e bloqueiam mudanças estruturais, assegurando a hegemonia contínua dos grupos de poder neles enraizados.

O que Silva (2007) e Silva e Paula (2022) chamam de território conservador, denominamos de território liberal-conservador, pois este se reproduz com práticas políticas conservadoras imbuídas de características liberais, conforme abordado na seção anterior. A territorialidade liberal-conservadora se forma pela ação social dos setores da sociedade civil no espaço geográfico durante seu processo de territorialização. Os *think tanks* ultraliberais constroem ou reproduzem seu território imaterial ao influenciarem a sociedade com ações que causam conflitualidade com outros discursos e paradigmas. Essa territorialidade discursiva dos *think tanks* ultraliberais se manifesta por estratégias como a publicação de materiais em *sites* e redes sociais, a divulgação de conhecimento através de livros e traduções, a produção de programas audiovisuais, a oferta de cursos de formação, a criação de políticas públicas, e a disseminação de conteúdo nas redes sociais, como *memes*, *podcasts*, vídeos e *slogans*.

Já a materialidade ou territorialização dos *think tanks* da nova direita e – conforme apresentaremos posteriormente, do seu contrapúblico ultraliberal - acontece quando estes organizam

⁹ O clientelismo é a "relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos" (Martins, 1995, p.29).

¹⁰ O patrimonialismo refere-se à "relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente" (Schwarcz, 2019, p.65).

¹¹ A oligarquia refere-se a um governo formado com poder político controlado por um pequeno grupo.

ou participam de ações concretas, como protestos, expansão de novas sedes ou criação de novas organizações. Essas ações territoriais, sejam materiais ou imateriais, promovem a conflitualidade visando à apropriação ou reprodução do seu território de forma a expandir sua influência. Portanto, a territorialidade liberal-conservadora se forma pela combinação de características da ideologia liberal e conservadora pelos grupos de poder. Esse território se fundamenta na manutenção de tradições e valores arraigados na comunidade local, moldando as relações sociais, econômicas e políticas.

3. TERRITORIALIDADE DISCURSIVA LIBERAL-CONSERVADORA: A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA E O CONTRAPÚBLICO

Albert Hirschman (2019) analisou as táticas de discurso conservador contra as ideias de esquerda, identificando três teses principais: perversidade, futilidade e ameaça. Essas teses são relevantes para a compreensão da retórica liberal-conservadora, inclusive em relação à crítica ao Estado de Bem-Estar Social.

A tese da perversidade argumenta que qualquer esforço para melhorar aspectos sociais, políticos e econômicos produzirá efeitos negativos. Hirschman (2019) exemplifica que quando os principais centros industriais europeu adotaram o seguro de acidentes de trabalho, houve comentários que o seguro geraria aumento de mutilação propositais, sendo que relatórios posteriores mostraram que eram altamente exagerados. Nessa mesma linha, Milton Friedman criticou as leis de salário-mínimo, alegando que teriam efeitos opostos aos pretendidos, uma vez que ele acredita na autoregulação do mercado e que a prática culminaria na interferência da oferta e procura, gerando supostamente um número de emprego menor e menor renda agregada do trabalhador (Hirschman, 2019). Conforme assevera Hirschman (2019), não é possível relacionar diretamente os impactos negativos de tais medidas, seja sobre o salário-mínimo, nem dos auxílios aos desempregados, assistência social ou seguro de acidente de trabalho.

Já a tese da futilidade afirma que as tentativas de transformação social serão fracassadas e infrutíferas, pois ignoram as estruturas básicas da sociedade. A esse ponto, deve-se levar em conta as características liberais - da valorização da razão e justiça - e do conservadorismo - da sociedade hierarquizada, orgânica, imperfeita, cujos valores contribuem para a ideia de que a desigualdade é um fator natural, e que a sociedade e o Estado não devem interferir. Hirschman (2019) exemplifica essa tese com a crítica de Milton Friedman e Rose Friedman, em *Free to choose* (1980), de que os programas de bem-estar social acabam por beneficiar mais os grupos de renda média e alta do que os pobres, porque segundo os autores, os pobres carecem de instrução, seja no mercado como na disputa política por fundos, potencializando a desvantagem sobre os mais instruídos. Em suma, esta tese pode ser resumida na ideia que ao invés de auxiliar os carentes, a política produz mais pobres (Hirschman, 2019).

Por fim, a tese da ameaça questiona que os custos de reformas ou mudanças seriam altos demais, pois colocariam em perigo valores morais, sociais, econômicos e políticos. Hirschman (2019) cita como exemplo o receio de que a democratização do sufrágio e a implementação do Estado de Bem-Estar Social poderiam erosionar direitos individuais e a própria democracia. Essas três teses evidenciam características centrais do discurso liberal-conservador, reforçando a manutenção do *status quo* e negando ou subestimando o potencial transformador de políticas sociais progressistas.

Motta (2006) aplica as teses de Hirschman para analisar a retórica da nova direita brasileira com a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) em oposição à reforma agrária no Brasil. Os discursos da TFP evocaram as três teses hirschmanianas, sendo que de forma geral afirmava que: no caso da tese da futilidade, a reforma agrária não traria felicidade e bem-estar aos trabalhadores rurais; a tese da perversidade defendia que a reforma prejudicaria a vida desses trabalhadores, levando-os à pobreza; e a tese da ameaça relacionava a reforma agrária à implantação do comunismo, discurso presente também na nova direita brasileira atual.

Portanto, a análise das três teses hirschmanianas se mostram fundamental para compreender a retórica conservadora e sua atuação na defesa do *status quo*, em oposição a transformações sociais. Essa compreensão é essencial para desconstruir discursos reacionários e defender a ampliação de direitos e proteções sociais.

A pesquisa de Camila Rocha (2018) sobre a Nova Direita no Brasil contribuiu para o estudo da formação do contrapúblico ultraliberal que cresceu com a popularização da internet. Para entender esse conceito, é preciso recorrer à teorização de Jürgen Habermas (2014) sobre a esfera pública e seus potenciais democratizantes. Habermas (2014) concebe a noção de "contrapúblico" como espaços de discurso e expressão de oposição ou alternativa ao espaço público dominante. No entanto, sua argumentação se baseia em uma concepção de um público homogêneo e normas discursivas restritivas e excludentes, negligenciando a presença de públicos alternativos constituídos por grupos marginalizados.

Nesse sentido, a contribuição de Michael Warner (2005) é fundamental para a compreensão do conceito de contrapúblico que se refere a um espaço de discurso e expressão de oposição ou alternativa ao espaço público dominante, formado por indivíduos que se identificam entre si por meio de um discurso compartilhado, que os diferencia da maioria. Rocha (2018, p.35) afirma que o contrapúblico se fundamenta em uma "performatividade e poeticidade" disruptiva, pois seus membros partilham identidades, interesses e discursos tão conflitivos com a cultura dominante que correm o risco de enfrentar reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes.

O surgimento de contrapúblicos não-subalternos, como os formados por grupos contra a imigração ilegal, céticos em relação à mudança climática, evangélicos conservadores contrários à universalidade dos direitos humanos e apoiadores de Donald Trump, vem crescendo cada vez mais com a popularização da internet. No caso brasileiro, Rocha (2018) destaca o papel da internet como um "refúgio virtual" para o diálogo sobre perspectivas e conceitos que divergiam da cultura predominantemente esquerdista, bem como para a análise das situações políticas locais e globais. Esses espaços de debate foram responsáveis por aglutinar pessoas, em sua maioria sem experiência política prévia, que passaram a se organizar em grupos de estudos universitários, chapas para a disputa de diretórios e centros acadêmicos e chegaram até mesmo a tentar fundar novos partidos.

Esse contrapúblico digital encontrou suporte institucional em redes já existentes, formadas por "*think tanks* pró-mercado" estrangeiros e brasileiros, como o Instituto Liberal (IL), fundado em 1983 no Rio de Janeiro. O IL foi pioneiro no modelo de atuação de institutos de pesquisas influentes no Brasil, organizando mecanismos de ação política, formando novos quadros e realizando articulações intraclasse. Após uma crise financeira no final dos anos 1990, o IL passou por uma reformulação em 2013, trazendo para sua liderança pessoas ligadas a outras organizações recém-fundadas, como o Líber (inspirado no *Libertarian Party* norte-americano) e o Instituto Mises Brasil (IMB). Essa reformulação permitiu que o IL continuasse a desempenhar um papel relevante na difusão do pensamento liberal, por meio de publicações, eventos, cursos e redes sociais.

Essa dinâmica de fortalecimento do contrapúblico ultraliberal, apoiado por uma rede de *think tanks* e outras organizações, contribuiu para a ascensão da Nova Direita no Brasil, especialmente no contexto do auge e crise do lulismo, entre 2006 e 2015. Nesse período, a "vergonha em se afirmar de direita"¹² começou a se dissipar, e novos atores e formas de ação política emergiram. O contrapúblico ultraliberal, impulsionado pela popularização da internet entre 2006 e 2010 e apoiado por uma rede de *think tanks* e outras organizações, desempenhou um papel central na reconfiguração da Nova Direita brasileira, contribuindo para a superação da direita envergonhada e a ascensão de novas

¹² Esse termo se refere a "direita envergonhada", no qual Rocha (2018) explica que após a ditadura civil-militar, seja no Brasil como em outros países latino-americanos, se afirmar de direita "passou a ser algo desconfortável" (Rocha, 2018, p.111). Por exemplo, Alex Catharino, membro do Instituto Liberal, em entrevista para Rocha (2018, p. 111), se negou a se identificar como direita por ficar com "medo de ficar marcado pelo regime" devido ao autoritarismo, censura e tortura.

formas de mobilização que culminaram na crise política de 2016 e eleição de liberais-conservadores no governo brasileiro (Ribeiro, 2025).

4. PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DE MATERIAIS E ANÁLISE DO DISCURSO

Neste tópico, abordaremos detalhadamente os procedimentos adotados para a seleção dos materiais e a aplicação da Análise do Discurso (AD) ultraliberal. Para orientar essa análise, utilizamos como referência o escopo teórico-metodológico da AD francesa, que prioriza a compreensão dos efeitos de sentido gerados pelo discurso, indo além da mera consideração da forma ou do conteúdo dos textos. Vale ressaltar que a AD francesa não apresenta um manual rígido de procedimentos, permitindo ao analista escolher as estratégias e ferramentas mais adequadas ao seu objetivo (Orlandi, 2002).

A AD francesa surgiu na década de 1960 como uma disciplina de estudo crítico sobre a linguagem ou escritura com uma articulação interdisciplinar entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. Nesse sentido, Orlandi (2002, p.25) a designa como “uma disciplina que teoriza a interpretação”, mas que não se limita a ela. Por isto, a AD é compreendida como um campo de conhecimento próprio com um vasto corpo teórico e conceitual sobre os dispositivos de interpretação, o que diferencia de compreendê-la apenas como uma teoria do discurso ou metodológica.

A AD francesa engloba três áreas do conhecimento, sendo a primeira o materialismo que proporciona a teoria das formações sociais e suas transformações. A segunda é a linguística através da teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, enquanto a terceira tem a relação da teoria do discurso com a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. A linguagem da AD francesa, segundo Brandão (2012), se constitui como um fenômeno que deve ser estudado para além de seu sistema interno abrangendo também a sua formação ideológica que se manifesta no discurso. Assim, dois conceitos são essenciais para a AD francesa: a ideologia e o discurso.

A influência mais direta de ideologia é do filósofo marxista Louis Althusser (1918-1990) com o livro *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970). Althusser (1980) afirma que para a classe dominante manter sua dominação, ela busca mecanismo de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Analisa o autor que o mecanismo do Estado é garantido pela superestrutura, jurídico-política e ideológica através dos Aparelhos Repressores e Aparelhos Ideológicos. O primeiro trata-se dos aparelhos que usam em geral a repressão, como o governo, a administração, o exército, a polícia, tribunais, prisões. Já o segundo é formado principalmente pela ideologia, como a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura e a informação. Para Althusser (1980), os aparelhos ideológicos são relevantes para a ideologia dominante, pois é nele que são criados os meios para assegurar a reprodução das relações de exploração capitalista que detém o poder do Estado. O segundo conceito da AD é o de discurso que tem como principal fundamento Michael Foucault (1926-1984) com a obra *Arqueologia do saber* (2000), definindo-o como um conjunto de enunciados com princípios de regularidade que se remetem a uma formação discursiva.

Brandão (2012) esclarece que o estruturalismo foucaultiano permite entender o enunciado como uma unidade elementar que forma o discurso, enquanto a análise da formação discursiva origina-se pela descrição dos enunciados que a compõem. A concepção do discurso e da formação discursiva do filósofo francês será de grande contribuição para a AD francesa. Entretanto, Pêcheux não se restringirá a ela, complementando-a ao materialismo histórico marxista e ao conceito de ideologia de Althusser, conforme demonstraremos posteriormente.

Pêcheux (1997) trata o discurso como mais do que uma transmissão de comunicação, afastando-se da “Teoria da comunicação”¹³, pois a língua não é linear e nem seriada. Em Pêcheux

¹³ De forma simples, o esquema elementar da comunicação, que se refere Orlandi (2002), é realizada entre emissor, receptor, código, referente e mensagem, sendo que o emissor transmite uma informação (mensagem) ao receptor. Por sua vez, a mensagem é formulada a um código referindo a algum contexto do referente (Orlandi, 2002).

(2008), o discurso é tratado como constituinte das instâncias em que a materialidade ideológica se solidifica ao produzir efeito de sentido, isso é, no processo de interlocução, no qual este é construído socialmente. O discurso não é restrito a língua, texto ou fala, sendo concebido como uma exterioridade à língua e associado a uma ação social (Charaudeau; Maingueneau, 2008; Orlandi, 2002).

Consequentemente, o significado do discurso, e de seu efeito, depende do contexto das condições históricos-sociais de qual foi produzido (Mussalim, 2004). Cleudemar Fernandes (2008, p.13) afirma que os “[...] discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana”. Dessa forma, cabe a AD interpretar os modos de como o discurso se relacionam na produção de sentido ao longo do seu percurso histórico.

A AD francesa será realizada através dos textos publicados no *site* oficial do Instituto Liberal, por ser o mais antigo *think tank* e por dispor de maior volume de materiais publicados sobre a questão agrária, em comparação aos outros institutos ultraliberais. A seleção dos materiais abrange o período de 2013 a 2023, pois esse intervalo de 10 anos contextualiza momentos políticos relevantes para compreender a territorialidade liberal-conservadora, como a Jornada de Junho de 2013, as manifestações pró-golpe-impeachment da Dilma Rousseff (2015-2018), a greve dos caminhoneiros (2018), a eleição e governo de Bolsonaro (2018-2022), a eleição e início do governo de Lula e a instalação da CPI do MST (2023).

Acredita-se que esses contextos incentivaram o contrapúblico ultraliberal a publicar seus materiais, promovendo uma maior territorialidade liberal-conservadora. Através do campo "pesquisar" no *site* do Instituto Liberal, foram levantados textos com o tema de reforma agrária, que pelo alto volume optou-se por escolher apenas 2 textos¹⁴ que, em primeiro lugar, abordavam diretamente sobre o tema da reforma agrária, e segundo, fornecesse corpus discursivos mais relevantes para a análise do discurso.

5. DISCURSO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Nesta seção analisaremos o discurso ultraliberal do Instituto Liberal sobre o tema da reforma agrária a partir dos textos de Og Francisco Leme (2015) e João Luiz Mauad (2018), publicados no *site* do IL. Antes de começar a análise, necessitamos apresentar informações sobre os autores.

Leme (1922-2004)¹⁵ tem formação acadêmica em Ciências Sociais, Direito e doutorado em Economia, respectivamente, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Chicago. Exerceu a profissão de professor de nível superior em diversas instituições como a própria ESP, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Santa Úrsula (Rio de Janeiro) e Universidade Federal do Rio de Janeiro; atuou em carreiras profissionais públicas, como assessor econômico do ministro Roberto Campos, no governo de Castello Branco, e privadas (Ramiro, 2011).

O segundo autor, Mauad, é apresentado como diretor¹⁶ do Instituto Liberal, formado administrador de empresas pela FGV, além de colunista em jornais reconhecidos como *O Globo*, *Zero Hora* e *Gazeta do Povo*, *Exame* e nos institutos liberais como o IMIL, Instituto Mises Brasil e

¹⁴ A escolha de dois textos para a análise deve-se para garantir a qualidade de análise do corpus discursivos - isso é, as marcas ou segmentações textuais que evidenciam o discurso. Um texto pode conter diversos corpus discursivos, e caso o analista possuir vários textos, pode-se prejudicar a qualidade da análise devido a quantidade exorbitante de materiais e de *corpus*. Logo, a opção do autor por limita-se a dois textos busca-se em oferecer maior qualidade na análise.

¹⁵ Vale destacar que mesmo que Leme tenha falecido em 2004, o IL tem ainda publicado seus escritos em sua memória, assim como, realiza outros veículos de divulgação liberal como o Instituto Millenium (IMIL), *Gazeta do Povo* e outros de menor expressão. Nota-se, assim, a sua evidente relevância para os liberais, o que nos compila a analisar o seu material. O material textual analisado de Leme (2015) corresponde a um artigo do livro de crônicas escrito pelo autor, e editado pelo Instituto Liberal, chamado *Og Leme, um liberal, crônicas* (2011) e organizado por Arthur Chagas Diniz.

¹⁶ Em Mauad (2018) não há informação sobre qual setor de direção pertence o autor.

Instituto *Rothbard*. No *podcast* Tapa da mão invisível (2022), Mauad se apresenta como profissional liberal e conta que começou a escrever no site “Mídia sem Máscara”, criado em 2002 pelo Olavo de Carvalho, durante 15 anos.

Denota-se que ambos os autores são intelectuais orgânicos considerados relevantes para os liberais-conservadores, sendo fundamentais para expandir a ideologia, o conhecimento econômico e/ou com a ocupação de espaços virtuais de divulgação de conhecimento, não limitada ao instituto e alcançado mídias tradicionais e alternativas.

A seguir apresentaremos os textos analisados, cujos discursos demonstrarão a territorialidade liberal-discursiva. Após a apresentação, fara-se na próxima seção uma síntese do sentido do discurso.

5.1. A “ilusão” da reforma agrária

O primeiro texto é intitulado de *A ilusão da Reforma Agrária, um conceito vazio e irresponsavelmente utilizado*, de autoria de Og Francisco Leme (2015). O autor trata a reforma agrária como um “conceito vazio” e utilizado “demagógicamente” pela esquerda. “[SD1:] ‘Reforma Agrária’ é hoje um conceito vazio, degradado pelo uso irresponsável que dele fez a demagogia da esquerda durante tanto tempo em praticamente todos os países do Terceiro Mundo” (Leme, 2015).

Ao associar a reforma agrária como uso político e demagógico, busca gerar dois efeitos de sentido: o primeiro, desvincula a política da justiça social; segundo, associa que a esquerda se aproveita dessa pauta política condicionando a tese da ameaça, isso é, a reforma agrária, “ainda que talvez desejável em si, acarreta custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo” (Hirschman, 2019, p. 90).

E, quando o autor relaciona a reforma agrária com um “conceito vazio”, desvaloriza os movimentos sociais que se mobilizam pelo tema e, propriamente, os problemas sociais no campo brasileiro decorrentes do problema social. O sentido desta sequência é mais perceptível na SD2, quando o autor compara o MST a um grupo criminoso e apoiado pela esquerda católica.

[SD2:] Entre nós, após um período de enganosa aposentadoria, ressurgiu com renovado furor histórico nas atividades criminosas do MST, com o apoio ostensivo da extensa esquerda da Igreja Católica, CNBB e das comunidades eclesiais de base (Leme, 2015).

A crítica à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) demonstra a extensão do ódio à rede de apoio e base, independente deste grupo da teologia da libertação possuir valores cristãos. Este discurso direitista integra a guerra cultural com a esquerda, demonstrando o discurso de ódio, intolerante e radical.

Na SD3, o autor retorna a desvalorizar a reforma agrária, como na SD1, ao afirmar que a pauta política é um oportunismo para o “subversivo criminoso” MST, devendo ser discutido apenas no aspecto da segurança pública. “[SD3] Esse tipo de reforma agrária não passa de bandeira oportuna para um movimento subversivo criminoso e, nessa condição, é assunto policial e não tema para debate acadêmico ou técnico” (Leme, 2015).

Ao desassociar a reforma agrária da pauta acadêmica e técnica, o autor busca, por um lado, desvalidar as universidades e instituições que apoiam a reforma agrária e subsidiam tecnicamente o tema para a sociedade civil e, por outro, apoia o uso da força ostensiva para reprimir as ocupações de terras, incentivando a criminalização.

No trecho seguinte, SD4, o autor assegura que a maioria das pessoas, tal como, os próprios militantes do MST, têm uma ideia equivocada da reforma agrária. Na visão do autor, a reforma agrária é entendida apenas como “apropriação de terras aráveis [...] para serem divididas, [...] com algum tamanho padrão, e entregues a supostos agricultores” (Leme, 2015).

[SD4:] Na realidade, suspeito que a grande maioria das pessoas, inclusive as que engrossam as fileiras do MST, entende por reforma agrária a apropriação de terras aráveis, pelo governo, para serem divididas, de acordo com algum tamanho padrão, e entregues a supostos agricultores sem[-]terra para cultivo. [SD5:] A hipótese seria a de que o contingente humano a ser assentado está de fato disposto a cultivar a nova propriedade, além de minimamente qualificado para fazê-lo, com a produtividade suficiente para gerar o nível de renda requerido pela manutenção de uma família média de 5 pessoas. [SD6:] Pois bem, em qualquer lugar do mundo esse tipo de produtividade exige um grau de saúde e educação básica que os candidatos brasileiros ao assentamento certamente não têm. Além de um mínimo de educação básica e saúde, esse nível de eficiência produtiva pressupõe condições de infraestrutura que inexistem em nosso país. [SD7:] Dessa maneira, depois de algum tempo o resultado da ‘reforma agrária’ será a transformação de pobres sem-terra em proprietários sem renda (Leme, 2015).

Entretanto, o conceito de reforma agrária tampouco é debatido, sendo limitado a uma política distributivista. Stédile (2012) nos auxilia a compreender que existe uma diversidade de tipos de reforma agrária – clássica, anticolonial, radical, popular, parcial, libertação nacional e socialista – sendo que os movimentos camponeses defendem o popular, que é diferente do que afirmou Lemes (2015). Como explica Stédile (2012), a reforma agrária popular compreende a:

[...] necessidade de um amplo processo de desapropriação das maiores propriedades, estabelecendo-se inclusive um limite máximo da propriedade rural no Brasil – a proposta dos movimentos é que o limite máximo seja de até 35 módulos (o módulo varia de região para região, mas a média do limite nacional ficaria em 1.500 hectares) – e sua distribuição a todas as 4 milhões de famílias de camponeses sem-terra ou com pouca terra que ainda vivem no meio rural brasileiro (Stédile, 2012, p. 666).

O autor também considera a reforma agrária popular não como um mero projeto de distribuição de terras, mas sim uma estratégia ampla de desenvolvimento rural que integra os aspectos econômico, produtivo, social e cultural. Neste projeto combina-se a distribuição de terras, o desenvolvimento econômico das comunidades, a adoção da agroecologia, democratização da educação formal e erradicação do analfabetismo adulto e valorização dos hábitos alimentares e celebrações tradicionais do meio rural (Stédile, 2012).

A reflexão do autor permite recusar a afirmação de Leme (2015) de que os militantes defendem apenas uma reforma agrária distributivista, simplista, sendo que estes concebem uma reforma agrária popular ampla que envolve um conjunto de ações elementares que vão desde a limitação do tamanho da propriedade rural; a preocupação técnica com a instalação de agroindústrias cooperativas em comunidades rurais e adoção de novas técnicas agrícolas que estejam vinculadas à agroecologia; e outras relacionadas com a educação, formação e cultura.

Retornando a Leme, na SD5 questiona que o sem-terra, ao ser assentado, deve estar disposto a cultivar na terra, de forma a prover renda para sustentar a família, além de ter qualificação para fazê-lo. Na ideia do autor, o sem-terra, mesmo que teoricamente não tenha tido uma terra própria e nem oportunidade para experiência no campo, deve ter qualificação mínima. É certo que os assentados que possuem conhecimento teórico prévio, seja com experiência pessoal ou de geração, sejam mais produtivos. No entanto, a realidade brasileira da história de vida dos assentados possui inúmeras experiências, marcadas pela alta desigualdade social e de oportunidades, tornando impossível essa condição.

A SD6 tem um discurso semelhante a anterior, ao afirmar que os assentados deveriam ter, ao menos, um grau de saúde e de educação básica para assumirem os assentamentos. Da mesma forma, a realidade do acesso à educação, seja na cidade como no campo, tem inúmeros problemas estruturais, sendo também incoerente essa exigência ao assentado. Tanto a SD5 como SD6

demonstram a característica do pensamento liberal-conservador da defesa das hierarquias e autoridade. Nesse sentido, eles consideram a sociedade naturalmente hierárquica, com gradações estabelecidas ou fixas, características de uma sociedade orgânica, aceitando-se a desigualdade natural entre os indivíduos e autoridade natural entre os diferentes (Heywood, 2010).

A SD7, ao afirmar que a “reforma agrária distributivista” transformará os “pobres sem-terra em proprietários sem renda” (Leme, 2015), destaca a aplicação da tese da perversidade. No argumento do autor, a reforma agrária não surtirá o efeito desejado, no sentido de que a política, ao redistribuir terras, não gerará prosperidade, pois eles não terão condições de se sustentarem sozinhos. No entanto, mesmo que não tenham condições, porque o Estado não pode ajudar os assentados com financiamento e apoio técnico assim como fez com os latifundiários na época da “modernização conservadora” ou como tem feito atualmente com o agronegócio?

Diante do exposto, o discurso de Leme (2015) deslegitima a reforma agrária sem se preocupar com a origem da concentração de terra e da intensa desigualdade de renda e terra no país, e, tampouco, da função social da terra, estando mais preocupado com a questão produtiva. Leme (2015) critica, também, a agricultura camponesa por não se moldar na agricultura moderna, “competidora no mercado mundial”, ao modo que necessitaria de outros requisitos para o assentado como “considerável aumento da densidade de capital por trabalhador, investimento em pesquisa, técnicas de extensão rural etc.” (Leme, 2015).

Coloquei o problema no contexto mais modesto de uma agricultura de subsistência. [SD8:] Se ele for deslocado para a moldura de uma agricultura moderna com a pretensão de competir no mercado mundial, outros requisitos se farão necessários, além de educação básica, saúde e um mínimo de infraestrutura: considerável aumento da densidade de capital por trabalhador, investimento em pesquisa, técnicas de extensão rural etc. Mas essa certamente não é a praia dos bispos da CNBB ou dos integrantes do MST (Leme, 2015).

A concepção de reforma agrária, argumentada pelo autor, associa-se com a “modernização conservadora”, na qual não se preocupava em possibilitar condições para diminuição da desigualdade social no campo. Nesse sentido, este discurso se sustenta com a concepção liberal da meritocracia, entendendo que os indivíduos com melhores condições devem ser recompensados, enquanto outros, não. Parece que Leme (2015) quer manter o “pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador” (Delgado, 2010, p. 88) da modernização no campo.

Na SD9, Leme (2015) reforça a sua descrença na reforma agrária aplicando a tese da futilidade:

[SD9:] Muitas pessoas de boa[-]fé pensam que a “reforma agrária” – o que quer que isso signifique – é condição necessária para que um país como o nosso possa pertencer ao clube dos ricos, aumentando em 5 ou 6 vezes a sua atual renda per capita. Pois não é; essas pessoas estão mal[-]informadas e equivocadas. [SD10:] Trata-se de credence absolutamente igual às muitas que conhecemos no campo da medicina e que têm de fato enterrado muita gente boa.

De acordo com o trecho, a reforma agrária não promoverá melhores condições financeiras para o país, permitindo ao autor afirmar que os defensores dessa política estão “mal-informados e equivocados” (Leme, 2015). Em outro instante, na SD10, ele associa que acreditar na reforma agrária equivale a uma credence popular na área da saúde, demonstrando que desabona a política da reforma agrária.

No final do material, na SD11, Leme (2015) encerra afirmando que o caminho para o “progresso material” será possível mediante o incentivo de políticas e instituições liberais

garantidoras da “defesa dos direitos individuais”, da “liberdade econômica” e do direito da propriedade.

[SD11:] Há boas razões para aceitarmos a ideia de que o progresso material dos povos seja o resultado da existência de instituições eficazes na defesa dos direitos individuais (especialmente da liberdade econômica, dos direitos de propriedade e da eficácia dos contratos) e da qualidade dos agentes econômicos em termos de saúde e educação. E, é claro, de muito trabalho (Leme, 2015).

De forma indireta, a SD11 possui elementos que demonstram o discurso antiestatal e pró-mercado, ao acondicionar os agentes econômicos, e não o Estado, como essencial para a saúde e educação. Embora, seja possível perceber a defesa da ideia de que instituições sejam necessárias para os direitos individuais.

Em suma, o autor desacredita na efetividade prática da reforma agrária, considerando-a como fútil e perversa. O Estado é atacado pelos liberais-conservadores ao ser considerado como um empecilho à defesa dos direitos individuais – sobretudo do direito da propriedade privada, considerada como sagrada. Nesse discurso, a reforma agrária é concebida como uma afronta aos direitos individuais, incorporando elementos da tese da ameaça.

5.2. Governo Bolsonaro e a “futilidade” da reforma agrária

O segundo texto analisado é de Mauad (2018), intitulado de *Por que Bolsonaro precisa encerrar o programa de reforma agrária?*, no qual objetiva convencer o leitor dos motivos do recém-eleito¹⁷ presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL~~Erro! Indicador não definido.~~), para desativar o programa de reforma agrária. O texto, portanto, busca alcançar os eleitores e propriamente a equipe de Bolsonaro –, um aliado de longa data dos liberais¹⁸.

Sobre esse tópico é relevante complementar que o Instituto Liberal teve posições diferentes sobre o governo Bolsonaro (2019-2022). Antes da eleição, o instituto promoveu a campanha do candidato do PSL através de um discurso antipetista, além de defender um candidato que se apresentava como liberal. São casos dos textos com títulos autoexplicativos: *Jair Bolsonaro e a esperança de um Brasil de disciplina, ordem e progresso* (Instituto Liberal, 2018) e *Se nossos acadêmicos têm medo de Bolsonaro, eu tenho medo de nossos acadêmicos* (Oliveira, 2018). No começo do governo de Bolsonaro, o instituto publicou matérias que apoiavam e apostavam no novo governo, por exemplo, *Como agir e o que esperar do governo Bolsonaro* (Berlanza, 2018). Durante o período de governo, o instituto ora apoiava, ora criticava o governo Bolsonaro, como percebido pelos textos, *Talvez seja a hora de admitir que o governo Bolsonaro é mais competente do que imaginávamos* (Alves, 2019).

Sobre a crítica, identificamos os seguintes textos: *Pensamentos liberais que Bolsonaro deveria conhecer* (Mauad, 2019) e *O Brasil não merece a inaptidão de Bolsonaro e do bolsonarismo* (Wilhelms, 2020), no qual relacionam-se a cobranças por alinhamento político ultraliberal, como exemplo, quando Wilhelms (2020) comparou que “O liberalismo é plural [...] Bolsonaro nunca foi liberal, isso é fato”. Após o término do mandato do governo, as narrativas mantiveram o apoio ao ex-presidente, de tal forma também incentivaram ou toleraram os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 “O que esperar dos atos convocados por Jair Bolsonaro?” (Sperandio, 2024) e “Do teatro

¹⁷ A data de publicação de Mauad (2018) foi no dia 1 de novembro de 2018, isso é, 5 dias depois do resultado da eleição presidencial.

¹⁸ Jair Bolsonaro esteve como pauta dos textos do Instituto Liberal desde quando era deputado federal e teve a sua polêmica com a deputada Maria do Rosário em 2014, quando disse que não a estupraria por ser “muito feia” (Galvani, 2024). A matéria publicada no Instituto Liberal, que é a primeira com o nome da família liberal-conservadora, intitulada de *Bolsonaro e Maria do Rosário: o que os liberais pensam?*, de Flávio Morgenstern (2014), analista político e colunista no IMIL e na *Gazeta do Povo*, lançou uma defesa pela “liberdade” de ofensa, confundida com a “liberdade de expressão”.

armado para validar a fantasia de que houve tentativa de golpe no dia 08 de janeiro de 2023” (Wilhelms, 2024).

Retornando ao texto, Mauad (2018) explica, inicialmente, que os motivos para desativar o plano de reforma agrária são por ser “totalmente improdutivo e contraproducente, além de ser um enorme foco de corrupção”.

Uma medida que o Governo Bolsonaro poderia tomar o mais rápido possível seria encerrar o programa de reforma agrária, [SD1:] que já dura 30 anos e se mostrou totalmente improdutivo e contraproducente, além de ser um enorme foco de corrupção (Mauad, 2018).

Ao mencionar na SD1 que o programa dura “já 30 anos”, está mencionando a partir da Constituição Federal, cujo enunciado produz o efeito de sentido de que o programa longínquo seja moroso, o que torna improdutivo e contraproducente, associando-se com a tese da futilidade e ameaça. Entretanto, o autor não aborda claramente o que faz associar a reforma agrária como improdutivo ao longo do texto – que aliás o material é bem curto, tendo no total apenas 4 parágrafos. Por exemplo, o sentido da improdutividade pode estar associado ao fato da demora em realizar o programa de reforma agrária ou pela relação que os assentamentos sejam improdutivos na ótica liberal-econômica, como aduziu Leme (2015). No primeiro caso, o efeito de sentido decai sobre a eficiência e lentidão do Estado, enquanto, o outro, retorna à ideia da futilidade da política agrária.

Sobre a corrupção, o autor sustenta seu posicionamento discursivo recuperando o fato ocorrido em abril de 2016, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão do Programa Nacional de Reforma Agrária por irregularidades na distribuição de terras aos beneficiários cadastrados. Reproduziremos, a seguir, a análise do autor sobre o caso:

Em 2016, o TCU determinou a paralisação imediata do programa do Incra em todo o país. A medida cautelar emitida pelo tribunal decorreu de uma auditoria que identificou mais de 578 mil beneficiários irregulares do programa do governo federal. Foram identificados dezenas de problemas de extrema gravidade pela corte de contas, entre eles a relação de 1.017 políticos que, criminosamente, receberam lotes do programa. A auditoria revelou ainda centenas de casos bizarros, como a concessão de lotes para pessoas de alto poder aquisitivo, donas de veículos de luxo como Porsche, Land Rover ou Volvo. Havia também 37 mil pessoas falecidas cadastradas como beneficiárias do programa. As irregularidades atingem praticamente 30% de toda a base de beneficiários do programa, que é da ordem de 1,5 milhão de famílias. Milhares deles exerciam diversos cargos públicos, o que é proibido por lei. Foram encontrados ainda 61 mil empresários beneficiados pelo Incra. Outros 213 processos aprovados beneficiaram estrangeiros (Mauad, 2018).

O trecho acima não é suficientemente claro sobre o caso, sendo necessário recuperá-lo em Alegretti (2016), que de acordo com a jornalista:

O [...] TCU aprovou nesta quarta-feira (6) uma medida cautelar que determina que o governo suspenda os processos de seleção de novos beneficiários para a reforma agrária e de assentamento de novos beneficiários já selecionados. A decisão foi tomada diante de indícios de irregularidades ocorridas na concessão de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária, em todo o país, pelo Incra, de acordo com o tribunal. Os ministros deram prazo de 15 dias para que o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário se manifestem sobre o assunto. A decisão vale até que o TCU analise o mérito do processo. Pedido de medida cautelar foi feito por uma secretaria do próprio TCU, a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental). Segundo o TCU, os problemas identificados podem gerar um prejuízo de R\$ 2,5 bilhões. Desse total, 1.017 casos são referentes

a políticos eleitos, inclusive um senador. Também foram identificados pelo TCU 96 deputados estaduais, 847 vereadores, 4 prefeitos e 69 vice-prefeitos. O nome dessas pessoas, no entanto, não é público, segundo o TCU. Outras possíveis irregularidades encontradas foram a concessão de benefício a servidores públicos, empresários, estrangeiros, aposentados por invalidez e até a pessoas falecidas. Também foram encontrados casos de concessão de benefícios a pessoas com sinais de riqueza, como veículos de alto valor, além de pessoas com renda superior a três salários mínimos. Segundo o relatório do ministro Augusto Sherman, o corpo técnico do TCU informou a ocorrência de indícios de irregularidades em todos os estados do país. Os maiores números de casos estão no Pará (79,4 mil) e no Mato Grosso (66,6 mil) (Alegretti, 2016).

Pelo trecho acima podemos entender a gravidade da irregularidade dos benefícios cedidos no programa, conforme apontou Mauad (2018), e que resultou na suspensão de 15 itens irregulares. Entretanto, o autor não citou que o tribunal reavaliou 8 itens por destacar “falhas nos cadastros e banco de dados do Incra e não necessariamente por ação do agricultor” (Brasil, 2016). Mauad (2018), tampouco, informou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aumentou sua rigidez com os cadastros dos beneficiários (Brasil, 2016). Em 2023, o caso da irregularidade do Incra retornou ao centro de atenção quando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, criticou a atuação do TCU em 2016, permitindo entender que a ação possuía uma motivação político-ideológica para emperrar o programa de reforma agrária. Como Brenda Silva (2023) reproduz:

O chefe da pasta chegou a acusar uma motivação político-ideológica do órgão. A declaração ocorreu nesta quinta-feira (10 [de agosto de 2023]) em audiência na [...] CPI da Câmara que investiga a atuação do [...] MST. ‘Faz oito anos que não tem assentamento no Brasil, porque o programa de reforma agrária começou, a meu ver, com uma equivocada atuação de uma parcela do TCU, que fez um trabalho que é digno de ser reprovado por essa casa’, afirmou o ministro. Paulo Teixeira disse que os 500 mil assentados acusados de irregularidades foram bloqueados. Em revisão posterior, o [...] Incra comprovou a anormalidade em apenas 1% desses casos. “Isso paralisou o programa de reforma agrária e congelou a vida dos assentados, aquele trabalho equivocado, mal feito e tecnicamente inaceitável”, completou. Parlamentares da oposição retomaram o acórdão do TCU e utilizaram para questionar o ministro durante a audiência (Silva, 2023).

Para o Ministro, a ação do TCU foi equivocada ao desencadear o bloqueio dos 500 mil assentados sem apurar, avaliar e comprovar as irregularidades. Como informado no trecho, o Incra revisou posteriormente as supostas irregularidades, tendo comprovado que apenas 1% dos casos realmente possuíam irregularidades. Consequentemente, o bloqueio generalizado dos assentamentos teve uma atuação equivocada do TCU, paralisando, indevidamente, o programa de reforma agrária e prejudicando a vida de milhares de famílias assentadas.

Pelo conteúdo exposto afirmamos que Mauad (2018) realizou sua crítica somente aos pontos que considerou mais prejudiciais a partir da ideologia liberal-conservadora, centralizando o seu discurso sobre a morosidade do Estado em realizar a reforma agrária, criticando-a como “improdutiva e contraproducente”, sem realmente se preocupar com os desdobramentos dos fatos e com as causas estruturais que dificultam a implementação efetiva da reforma agrária no país.

O autor foi enfático ao relatar que o problema estaria propriamente na reforma agrária, enquanto poderia ponderar sobre: a precarização das organizações públicas devido às políticas neoliberais que sucateiam a política da reforma agrária e estrutura organizativa e profissional; o patrimonialismo que confunde o que é público e privado e gera a corrupção de indivíduos (de fazendeiros e políticos) que se aproveitam das brechas estatais; e da disputa política, com a bancada ruralista, e/ou jurídica, que emperram a reforma agrária por mais de 30 anos.

6. O SENTIDO DO DISCURSO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Neste tópico, objetivamos refletir o discurso ultraliberal sobre a reforma agrária, através do efeito de sentido, e analisar a territorialidade discursiva. Importante lembrar que o discurso apresentado anteriormente e o sentido do discurso, que será apresentado nesta seção, evidenciam a cristalização da territorialidade liberal-conservadora, uma vez que destacam a ideologia que sustentam os territórios liberais-conservadores.

A seguir, apresentaremos o **Quadro 1** com a síntese sobre as sequências discursivas dos textos de Og Leme (2015) e Mauad (2018).

Quadro 1: Síntese dos discursos sobre a reforma agrária de Leme (2015) e Mauad (2018)

Autor	SD	Texto
Leme (2015)	SD 1	Descreve a reforma agrária como um “conceito vazio” e “degradado” pela “demagogia da esquerda” em países do Terceiro Mundo.
	SD 2	Associa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a “atividades criminosas” e afirma que o movimento tem o “apoio ostensivo da extensa esquerda da Igreja Católica, CNBB e das comunidades eclesiais de base”.
	SD 3	Afirma que a reforma agrária é apenas uma “bandeira oportuna para um movimento subversivo criminoso” e não um tema para “debate acadêmico ou técnico”.
	SD 4	Acredita que a maioria das pessoas, incluindo os militantes do MST, entende a reforma agrária como a simples divisão de terras aráveis entre os “supostos agricultores sem-terra”.
	SD 5	Questiona se os candidatos ao assentamento estão dispostos a cultivar a nova propriedade e “minimamente qualificado para fazê-lo, com a produtividade suficiente para gerar o nível de renda requerido pela manutenção de uma família média de 5 pessoas”.
	SD 6	Argumenta que a “produtividade exige um grau de saúde e educação básica que os candidatos brasileiros ao assentamento certamente não têm”, além de “condições de infraestrutura que inexistem em nosso país”.
	SD 7	Defende que a “reforma agrária distributivista” transformará os “pobres sem-terra em proprietários sem renda”.
	SD 8	Desacredita a reforma agrária, afirmando que as pessoas que a defendem estão “mal-informadas e equivocadas”.
	SD 9	Compara a crença na reforma agrária a uma “crendice absolutamente igual às muitas que conhecemos no campo da medicina”.
	SD 10	Defende que o “progresso material” depende da “defesa dos direitos individuais” (propriedade, liberdade econômica).
Mauad (2018)	SD 1	Argumenta que o governo Bolsonaro deveria encerrar o programa de reforma agrária o mais rápido possível, pois, na sua concepção o programa dura 30 anos e se mostrou “totalmente improdutivo e contraproducente, além de ser um enorme foco de corrupção”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O discurso ultraliberal sobre a reforma agrária ataca a legitimidade e relevância social da política ao considerá-la como uma interferência “indevida” do Estado, pois altera o direito natural da propriedade privada, sendo que para eles, a concentração de terra é um fator natural, assim como a desigualdade social. Nesse sentido, a tese da perversidade é enunciada para desqualificar a reforma agrária, considerando-a como um “conceito vazio”, questionando a legitimidade e relevância social da reforma agrária.

E no sentido da tese da ameaça, afirmou-se que a bandeira da reforma agrária seja usada de forma demagógica pela esquerda, induzindo a possibilidade de a política instituir o avanço do comunismo. Salienta-se que a bandeira anticomunista demonstra outro ponto de convergência entre liberais e conservadores brasileiros. Pela tese da futilidade, tratam a ideia da reforma agrária como

morosa e, quando aplicada, ineficaz ou foco de corrupção. Além desses pontos, o sentido de associar o MST como delinquente incentiva o ódio e criminalização do movimento social e da luta pela terra.

O sentido do discurso ultraliberal analisado neste artigo, demonstra como essa ideologia influencia e constrói uma territorialidade discursiva liberal-conservadora com incentivo aos conflitos sociais e à radicalidade política e de ódio. O discurso ultraliberal criminaliza fortemente os movimentos sociais do campo, como o MST, tratando-os como “criminosos” e “bárbaros”, fomentando um discurso de ódio e incentivando a violência contra esses grupos.

Para eles, a reforma agrária representa uma intervenção indevida do Estado, considerada prejudicial por supostamente violar o direito à propriedade privada e estimular práticas ilegais. O discurso que rotula o MST como “terrorista” reforça a imagem negativa do movimento, atribuindo-lhe características de agressividade e incoerência. Esse mesmo discurso de criminalização é reforçado na CPI contra o MST, sobretudo a esta última de 2023 – organizada pela bancada ruralista e com relatoria de Ricardo Salles, representando os liberais-conservadores – que buscaram tratar a ocupação como invasão impondo desrespeito as garantias constitucionais e a jurisprudência com a relação ao direito a ocupação de terras como legítimo para reforma agrária.

Retornando ao sentido do discurso analisado neste artigo, a reforma agrária é vista como lenta, burocrática, ineficaz e vulnerável à corrupção, sendo entendida como um esforço sem resultados concretos e prejudicial aos interesses econômicos e sociais. Outra característica marcante é a defesa irrestrita da propriedade privada, que é concebida como um direito absoluto e sagrado, que deve ser protegido a qualquer custo, inclusive com o uso de armas. Isso se opõe a qualquer interferência do Estado, como a reforma agrária, que é deslegitimada e desacreditada pelos ultraliberais, sendo tratada como ineficiente, corrupta e prejudicial.

Ao identificar o sentido do discurso ultraliberal destacamos as características da territorialidade discursiva liberal-conservadora ao demonstrar como estas influenciam a opinião pública, e conforme analisado, incentiva-se a conflitualidade com o ódio aos movimentos sociais e a negação da reforma agrária seja pelas teses da futilidade, perversidade ou ameaça. Os desdobramentos desses discursos intensificam os problemas políticos, sociais e econômicos do Brasil, contraindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁹ e da Constituição Federal de 1988²⁰ (Brasil, 1988), com a alta concentração de terras, pauperização dos camponeses, dependência dos camponeses do agronegócio, aumento da insegurança alimentar e violência no campo (Delgado, 2010; Ribeiro, 2025; Stédile, 2012).

7. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar os discursos ultraliberais que permeiam as discussões sobre a reforma agrária, evidenciando como tais moldam a percepção pública e influenciam políticas sociais. A análise dos textos de Og Francisco Leme (2015) e João Luiz Mauad (2018) revelou que o discurso ultraliberal ataca a legitimidade e relevância social da reforma agrária, considerando-a uma interferência “indevida” do Estado que viola o direito natural da propriedade privada.

Nesse sentido, são invocadas as teses de Hirschman da perversidade, futilidade e ameaça para desqualificar a reforma agrária, tratando-a como um “conceito vazio” e “demagógico” da esquerda, além de associá-la a atividades “criminosas” do MST. Em síntese, o discurso ultraliberal sobre a reforma agrária analisado demonstra como essa ideologia influencia e constrói uma territorialidade discursiva liberal-conservadora fundamentada na defesa intransigente da propriedade privada, da livre-iniciativa e do mercado, em detrimento de políticas públicas voltadas para a justiça social e a diminuição das desigualdades no campo.

¹⁹ Refere-se a ODS 01 “Erradicação da Pobreza”, ODS 2 “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, ODS 10 “Redução das Desigualdades” e ODS 16 “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”.

²⁰ Refere-se ao artigo 3º, erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, e os artigos 184º e 185º, sobre a reforma agrária e a função social da terra, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Essa territorialidade discursiva liberal-conservadora se manifesta de diversas formas, como o incentivo aos conflitos sociais e à radicalidade política, a defesa irrestrita da propriedade privada e a criminalização de alternativas ao agronegócio. Dessa forma, o discurso ultraliberal analisado contribui para a expansão dessa territorialidade, que se caracteriza pela oposição a transformações sociais em prol da manutenção do *status quo*, além de que intensifica a conflitualidade e os problemas políticos, sociais e econômicos pela não realização da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, L. TCU determina suspensão da seleção de beneficiários da reforma agrária. 6 abr. 2016. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/tcu-determina-suspensao-da-selecao-de-beneficiarios-da-reforma-agraria.html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ALVES, P. H. **Talvez seja a hora de admitir que o governo Bolsonaro é mais competente do que imaginávamos**. 30 jun. 2019. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/talvez-seja-a-hora-de-admitir-que-o-governo-bolsonaro-e-mais-competente-do-que-imaginavamos/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

BERLANZA, L. Como agir e o que esperar do governo Bolsonaro. 29 out. 2018. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/recente/como-agir-e-o-que-esperar-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **TCU reavalia cautelar que suspendeu o Programa de Reforma Agrária**. Brasília, DF: TCU, 16 out. 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-reavalia-cautelar-que-suspendeu-o-programa-de-reforma-agraria>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2ª. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2015.

COCA, E. L.F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. Dissertação em Geografia - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.197-216.

FERNANDES, C A. **Análise do Discurso** - reflexões introdutórias. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2008. v. 1, 128 p.

FRIEDMAN, M; FRIEDMAN, R. **Free to choose: A personal statement**. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GALVANI, G. Justiça nega recurso de Maria do Rosário contra Bolsonaro em ação arquivada. 11 abr. 2024. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/04/11/recurso-maria-do-rosario-jair-bolsonaro-arquivamento.htm>. Acesso em: 22 abr. 2024.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAYEK, F. A. **The road to serfdom: text and documents**. Definitive ed. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2010.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

INSTITUTO LIBERAL. Jair Bolsonaro e a esperança de um Brasil de disciplina, ordem e progresso. **Instituto Liberal**, 15 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4f5S9uT>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LEME, O. A ilusão da Reforma Agrária, um conceito vazio e irresponsavelmente utilizado. 1 jan. 2015. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/ilusao-da-reforma-agraria-um-conceito-vazio-e-irresponsavelmente-utilizado/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes: Petropolis, 1995.

MAUAD, J. L. Pensamentos liberais que Bolsonaro deveria conhecer. 13 fev. 2019. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/pensamentos-liberais-que-bolsonaro-deveria-conhecer/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MAUAD, J. L. Por que Bolsonaro precisa encerrar o programa de reforma agrária? 1 nov. 2018. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/por-que-bolsonaro-precisa-encerrar-o-programa-reforma-agraria/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MORGENSTERN, F. Bolsonaro e Maria do Rosário: o que os liberais pensam? 14 dez. 2014. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/bolsonaro-e-maria-rosario-o-que-os-liberais-pensam/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MOTTA, R. P. S. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: Paula, D G, Starling, Heloisa Maria Murgel. Guimarães, J (orgs). **Sentimentos de reforma agrária, sentimento de República**. UFMG: MINAS GERAIS, 2006.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A C (orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. Vol. II, 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004.p.101-142.

OLIVEIRA, J. Se nossos acadêmicos têm medo de Bolsonaro, eu tenho medo de nossos acadêmicos. 15 dez. 2018. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://bit.ly/488KBoA>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3a ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p.61-161.

RAMIRO, P.R. **Og F. Leme**. 6 jan. 2011.**Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/og-f-leme/> . Acesso em: 17 abr. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RIBEIRO, L. N. **A territorialidade discursiva liberal-conservadora**: o caso dos think tanks ultraliberais e sua discursividade na questão agrária no Brasil. Jundiaí SP: Paco, 2025.

ROCHA, C. "**Menos Marx, mais Mises**": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções sobre território. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192f.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2019.

SILVA, B. CPI do MST: ministro Paulo Teixeira culpa TCU por ter paralisado a reforma agrária em 2016. 8 out. 2023. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-do-mst-ministro-paulo-teixeira-culpa-tcu-por-ter-paralisado-a-reforma-agraria-em-2016/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, M. **Análise política do território**: poder e desenvolvimento no Centro-Sul. do Paraná. Guarapuava/Paraná: Unicentro, 2007.

SILVA, M; PAULA, R. F. de. Teses sobre o pensamento conservador e singularidades espaciais. **Boletim Goiano**. 2022. v.42. p.1-26.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia**: conceitos e temas. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SPERANDIO, L. O que esperar dos atos convocados por Jair Bolsonaro? 24 fev. 2024. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/o-que-esperar-dos-atos-convocados-por-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

STÉDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, R,S (orgs.); *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p.659-668.

TAPA da mão invisível: **EP. 213 - A volta da censura no Brasil, com João Luiz Mauad**. Entrevistado: João Luiz Mauad. Entrevistador: Paulo Fuchs e Júlio Santos. 19 fev.2022. Podcast. Disponível em: <https://tapadamaoinvisivel.com.br/ep213/> Acesso em 05.dez.2025

WARNER, M. **Publics and Counterpublics**.2ª edição. Zone Books: Nova Iorque, 2005.

WILHELMS, G. O Brasil não merece a inaptidão de Bolsonaro e do bolsonarismo. 19 maio 2020. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-brasil-nao-merece-a-inaptidao-de-bolsonaro-e-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

WILHELMS, G. Do teatro armado para validar a fantasia de que houve tentativa de golpe no dia 08 de janeiro de 2023. 9 jan. 2024. **Instituto Liberal**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/do-teatro-armado-para-validar-a-fantasia-de-que-houve-tentativa-de-golpe-no-dia-08-de-janeiro-de-2013/>. Acesso em: 23 abr. 2024.